

## DIALOGANDO COM O CAMPO DA POLÍTICA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ

Rozenilda Luz Oliveira Matos<sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo traz apontamentos resultantes da pesquisa de mestrado para o Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A pesquisa aborda sobre a Educação do Campo e tem como norte o diálogo que envolve a construção de políticas públicas. Nesse diálogo apresento o pensamento de Nikos Poulantzas (1936-1979), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Antonio Gramsci (1891-1937). Assim a presente pesquisa visa discutir o papel do Estado tanto como dominação hegemônica ou lugar de contradições e como manifestação de um duplo poder. Também aborda sobre a importância dos intelectuais para o avanço no campo bourdieusiano e as questões do poder adquirido e conquistado no campo. Nesse contexto a Educação do Campo vem com uma nova proposta de educação, dessa forma os intelectuais precisam compreender a política e como se dá o jogo no campo do poder dentro do Estado, instrumentalizar-se e ampliar o espaço de luta no sentido da busca pela humanização e das leis que regulamentam a sociedade, sem perder de vista o significado mais profundo de igualdade e justiça social.

Palavras-chave: Estado; políticas públicas; educação do campo.

Abstract: This article provides some notes resulting from a master's degree research of the Graduate Program in Education, State University of Maringá (UEM). The research focuses on Rural Education and has the main dialogue involving the construction of public policies. In this dialogue I present the thoughts of Nikos Poulantzas (1936-1979), Pierre Bourdieu (1930-2002) and Antonio Gramsci (1891-1937).

<sup>1</sup> Doutoranda no PCM - Programa de pós-graduação para a ciência e a matemática - UEM Mestre em Educação. Email: rozenildamatos@bol.com.br

Thus, this research aims to discuss the state's role, both in hegemonic domination or a place of contradictions and as a manifestation of a dual power. It also addresses the importance of intellectuals for advances in the Bourdieusian field and the issues of power purchased and conquered at the field. In this context, Rural Education brings a new proposal for education, in which the intellectuals need: to understand the policy and how the games of power in the field occur within the State; to equip and expand the space of struggle towards the search for humanization and the laws governing the society, without losing sight of the deeper meaning of equality and social justice.

Keywords: State; public policy; education field.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo traz apontamentos realizados durante a pesquisa para a dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A metodologia utilizada está fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico dialético e tem como um dos objetivos o diálogo entre Poulantzas (1936-1979), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Antonio Gramsci (1891-1937) tendo como viés o papel do intelectual a proposta da educação do campo. Assim, o artigo se apresenta em três momentos, sendo o primeiro o debate sobre o papel do Estado, em seguida o papel dos intelectuais e finaliza com reflexões sobre a educação do campo nesse contexto.

Como sabemos, a educação do campo tem com proposta inicial a busca pela consolidação de uma política educacional para o campo e que aconteceu por meio de lutas dos movimentos sociais e encontros nacionais, estaduais e regionais. Essas conferências, sendo a primeira realizada em 1998 na cidade de Luziânia – GO, tem como intuito a construção de um processo de busca pela hegemonia decorrente das lutas dos povos do campo.

Uma das maiores conquistas decorrentes das reivindicações feitas em prol de uma educação do campo, foi a definição de novas políticas públicas através das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº

1, de 3 de abril de 2002) que complementa a escassa referência feita à educação básica para a população rural na LDB.

Uma vez estabelecida as Diretrizes, a educação do campo entra em mais um espaço de disputas (no sentido bourdieusiano) com o Estado, motivo pelo qual esta discussão se faz necessária, principalmente pelo fato da notada ausência de Políticas Públicas que dificultam a construção de uma educação de qualidade para e pelos povos do campo, que são os pequenos agricultores, agricultores familiares, camponeses, assentados, sem-terra, posseiros, assalariados, vileiros, indígenas, quilombolas e atingidos por barragens.

Nas linhas que seguem, está presente uma breve reflexão sobre o papel dos intelectuais, isto porque dentro das discussões no âmbito da política também foi lembrado que as universidades públicas precisam de um maior envolvimento e de um assessoramento nas iniciativas e movimentos populares na área do ensino, pesquisa e extensão que estão voltados a melhoria da qualidade de vida dos povos do campo, porém os educadores tem consciência do quão difícil é, algumas vezes, estabelecer parcerias com o ensino superior, levando-nos a indagar sobre a questão do poder e o papel dos intelectuais das academias.

Os apontamentos iniciais da pesquisa também procuram discutir o papel do Estado tanto como dominação hegemônica ou lugar de contradições e como manifestação de um duplo poder. Aborda sobre a importância dos intelectuais para o avanço no campo bourdieusiano e as questões do poder adquirido e conquistado no referido campo.

A metodologia utilizada está fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico dialético e para alcançar nosso objetivo, dentro da pesquisa, foi necessária a escolha de uma metodologia coerente com a proposta, assim, optou-se pela investigação qualitativa, em uma perspectiva sociológica.

A pesquisa qualitativa assume muitos significados no campo das ciências sociais e tem por objetivo procurar traduzir os tais fenômenos. Na parte central de uma metodologia genuinamente crítica, encontra-se a lógica dialética e a aplicação da lógica dialética permite-nos reconhecer a especificidade histórica e a construção social dos fenômenos existentes. A lógica dialética de Marx e Engels nos conduz a escolher entre reivindicações de verdade alternativas, sem perder a visão de sua especificidade histórica e sua transitoriedade. Nesse sentido a pesquisa qualitativa e

à lógica dialética, tem como uma de suas principais características a capacidade de ver o mundo em constante movimento. Por esse motivo, o papel do Estado, dos intelectuais e da educação do campo, são apresentados de forma aparentemente conflituosa, mas cabe ao leitor refletir sobre as conexões possíveis do texto e pensá-las no contexto de sua própria vivência.

Ainda considerando o feitiço do artigo, e a escolha consciente dos nomes Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu, cabe lembrar que em relação aos intelectuais, tanto um quanto o outro, apresentaram conceitos de intelectuais engajados, comprometidos, orgânicos, ligados ao trabalho acadêmico e à sociedade. Embora existam teóricos que defendam a ideia das diferenças abissais entre esses dos dois intelectuais, outros autores, como Michel Burawoy (2010), em seu livro intitulado “O marxismo encontra Bourdieu” capítulo dois, o autor aponta as semelhanças e diferenças (paralelos e contrastes) entre os dois e aponta para um marxismo embrionário em Bourdieu.

Alguns intelectuais, podem se considerar além das contingências da luta social e pode ter uma consciência que não revele, ser ele, manobrado por seus interesses econômicos. Os intelectuais precisam compreender a política e como se dá o jogo no campo do poder dentro do Estado, instrumentalizar-se e ampliar o espaço de luta no sentido da busca pela humanização e das leis que regulamentam a sociedade, sem perder de vista o significado mais profundo de igualdade e justiça social. Tais debates também apresentam-se no bojo da Educação do campo, motivo pelo qual no texto que se segue, faz-se necessária uma apresentação do conceito de Estado e de seu modo de atuação.

## O ESTADO PARA NICOS POULANTZAS, ENGELS, GRAMSCI E BOURDIEU

No dia três de outubro de 1979, Nicos Poulantzas interrompeu de modo repentino a sua vida, e assim ele deixa grande lacuna no pensamento político contemporâneo, suas obras não foram concluídas. “De fato, nos anos 1980 e 1990, Poulantzas e a escola althusseriana entraram no index acadêmico, praticamente sumindo do debate intelectual e sendo marginalizados diante das demais correntes teóricas, inclusive no próprio marxismo.” (Motta, 2009)

Dentre as definições de Estado perpassadas pela história

política e econômica, a definição de Poulantzas (1977) se mostra completa no sentido de abarcar o Estado tanto como dominação hegemônica ou lugar de contradições e como manifestação de um duplo poder.

Nas palavras de POULANTZAS (1977, p. 51):

A função geral do Estado pode apresentar-se em diversas modalidades referentes também aos diversos níveis nos quais se articula uma formação, ou seja, enquanto organizador do processo de trabalho e também como a função do sistema jurídico, do conjunto regras organizadoras das trocas capitalistas, verdadeiro quadro de coesão das relações de troca. A função do Estado, para ele, consiste relativamente ao ideológico e no seu papel na educação, no ensino etc. Ao nível propriamente político, o da luta política de classe, esta função do Estado consiste na manutenção da ordem política no conflito de classe.

Para ele, definir o Estado vai além do economicismo, pois o Estado se constitui na dominância e regulação do equilíbrio global, enquanto sistema, e possui um forte poder de coerção nos diferentes modos de produção. Assim sendo, o Estado possui diversas funções, segundo Poulantzas (1981 p. 29), mas, fundamentalmente a técnico-econômica, político e ideológica.

Para Engels<sup>3</sup> o Estado é o sumário dos combates práticos da humanidade, é o espaço onde acontece a luta política das classes e onde se evidenciam as contradições da sociedade. O duplo poder do Estado é um dos elementos da situação revolucionária que está imbricado na sociedade, e nas palavras de Pierre Bourdieu<sup>4</sup> quanto maior o poder econômico, maior o poder político e de representatividade no campo<sup>5</sup>. O campo para Pierre Bourdieu pos-

<sup>3</sup>Friedrich Engels foi um importante filósofo alemão. Nasceu em 28 de novembro de 1820, na cidade alemã de Wuppertal. Morreu em Londres, no dia 5 de agosto de 1895. Junto com o filósofo alemão Karl Marx, criou o marxismo (socialismo científico).

<sup>4</sup>Sociólogo francês. Desenvolveu ao longo das décadas de 60 e 80 obras que contribuíram para a formação do pensamento sociológico do século XX. Na teoria sociológica contemporânea, alguns elementos merecem destaque: a releitura dos clássicos, a construção de conceitos e a postura crítica do intelectual diante de uma tomada de posicionamento político, elementos estes amalgamados em sua discussão sociológica. Ao escrever sua ideia de campo, Bourdieu dialoga com a ideia de esferas, proposta por Max Weber e com o conceito de classe social de Marx. Também importante em Bourdieu o conceito de campo, habitus, capital simbólico e aparelhos repressores.

<sup>5</sup>Segundo conceituação de Pierre Bourdieu um campo pode ser compreendido como um espaço estruturado de posições onde os agentes estão em concorrência pelos seus troféus específicos, seguindo regras igualmente específicas. (Barros 2003 p. 120)

sui suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. (Chartier 2002).

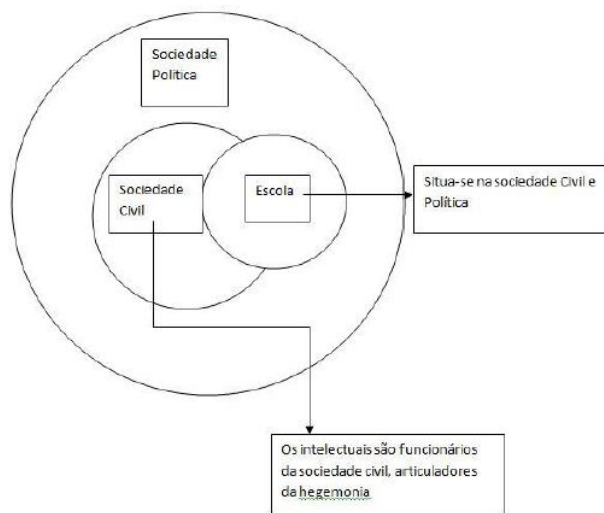
O Estado é formado também pela atuação dos políticos, que segundo Gramsci (2001 p. 35, vol 3) o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada e nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos.

Abordar sobre os conceitos gramscianos não é tarefa fácil, principalmente porque devemos levar em consideração o contexto em que tais conceitos foram escritos. Ele preocupou-se com várias questões durante sua vida no cárcere, entre elas as questões dos intelectuais e do Estado. O que temos de Gramsci está em seus Cadernos do Cárcere (2001) e em suas cartas deixadas aos cuidados de sua cunhada. Ele inicia a redação de seus cadernos no cárcere de Turim, em 8 de fevereiro de 1929, dois anos e três meses depois da detenção, deflagrada pelo regime fascista.

Depois da morte de Gramsci, os manuscritos dos 33 Cadernos que escreveu enquanto estava na prisão são expedidos por Tania Schucht, a conselho de Sraffa, para Moscou, onde ficam sob a guarda de Vincenzo Bianco, representante italiano no Komintern. Depois da libertação da Itália, Felice Platone lhes dá uma primeira descrição detalhada em *Rinascita* (abril de 1946). Em 1948, tem início a publicação dos seis volumes temáticos da Ed. Einaudi: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*; *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*; *Il Risorgimento*; *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*; *Letteratura e vita nazionale*; *Passato e presente*. A edição crítica aparece em 1975, na Ed. Einaudi, organizada por Valentino Gerratana.

A teoria ampliada de Estado em Gramsci aponta para o papel da sociedade política e sociedade civil e das estruturas que o compõem. Elabora o conceito de bloco histórico e a distinção das sociedades. Para ele o Estado pressupõe a existência de duas esferas, são elas: a sociedade política, onde atua o poder repressivo dos dominantes e a sociedade civil, que seria constituída pelas associações consideradas privadas, como escola, igreja, etc.

A hegemonia, segundo ele, consiste no momento da persuasão e do consenso, onde a dominação se expressa. A hegemonia é entendida por Gramsci como a direção intelectual de uma ou várias classes.



Fonte: elaborado pela autora

De uma forma bastante condensada podemos afirmar que para Gramsci, o Estado é a própria sociedade organizada e ela é vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas que são articuladas entre si. Nessas articulações existem as lutas e as relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses. Uma educação crítica e o papel dos intelectuais seria a construção de uma contra hegemonia. Nesse sentido os conflitos aparecem e a luta pela hegemonia coloca em jogo o poder e a dominação.

Esse jogo de poder, por razões práticas, o acúmulo das duas espécies de capital (temporal e institucional), é extremamente difícil (Bourdieu, 2004 p.38) e quanto maior a limitação da autonomia do campo, maior os conflitos intelectuais e conflitos de poder. Esses conflitos advêm do fato de que os intelectuais lutam por prestígio nesse mesmo campo de atuação. (Bourdieu 2004, p. 41 e 42)

Para Poulantzas (1981 p. 29) nem todas as ações do Estado se reduzem a dominação política. O Estado faz também concessões que servem para amenizar a pobreza e aumentar o consumo (lógica do capital) incentivando através de políticas a relação de dependência das classes subalternas. O poder temporal (político) e o poder institucional estão ligados à ocupação de posições importantes nas instituições. (Bourdieu, 2004, p. 35)

Para Bourdieu (2001, p. 28) quando ele se cita à Europa em seus escritos, também podemos ver uma semelhança na política adotada pelo Brasil. Notamos que as políticas econômicas aplicadas em todos os países da Europa, pelas grandes instâncias internacionais – Banco Mundial, OMC e FMI – acabam se impondo por toda parte no mundo e invocam a autoridade da ciência econômica.

No que se refere à dominação e poder do Estado, à educação também faz parte de seu campo de poder. A educação para o Estado é uma possibilidade de investimento produtivo, isto é evidenciado quando define suas políticas para a formação da mão-de-obra, incentivando notadamente/historicamente a formação técnica e pela falta de uma política que garanta o acesso à universidade para todos. Para GRZYBOWSKI (1986, P. 51)

A educação é um lócus de disputa e exercício de hegemonia no sentido gramsciano. Por isto, é necessário reconhecer que a educação e a diversidade de práticas educacionais, se constitui na luta entre classes sociais e se configuram no confronto de propostas de elaboração/apropriação de “saberes sociais”.

O preparo para o mercado de trabalho é uma premissa fundamental do Estado, porque o jovem define sua profissão através da oferta do mercado, ou das “condições empresariais, agroindustriais” de trabalho onde o adolescente mora. Assim, o Estado é um grande investidor e um dos principais financiadores do modelo de acumulação do capital.

O Estado quando entre em crise, efetua reformas, sejam elas fiscais, estratégicas, burocráticas ou econômicas, redefine seu modo de atuação e essas redefinições englobam a separação da formulação e da execução de políticas, entre elas as políticas da educação. É nítido também, que cada vez mais a regulação do Estado e a terceirização se faz presente, principalmente na área educacional. É um campo a se investir no Brasil e no mundo, dado o tanto de jovens ainda fora do ensino, principalmente ensino



superior, como tem evidenciado dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) no Brasil.

A crise do Estado também acontece por causa da dívida. De uma forma geral, muitos países são devedores de Capital ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Em virtude do não pagamento da dívida fez-se necessário a criação do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM)<sup>6</sup> apelando pelo “ad misericordium” dos bancos, porém sem uma “troca de interesses” entre os campos tal acordo da dívida não seria possível.

## AS INSTITUIÇÕES E OS INTELECTUAIS: QUEM É QUEM NESSE JOGO?

É uma premissa para Bourdieu considerar que em todos os lados, estão os que “nasceram no campo”. Por exemplo, um deputado, que é neto de político e prepara o seu filho (a) para o mesmo caminho de atuação profissional. Eles também atuarão dentro do campo sabendo as regras do jogo. Existem casos na carreira política, que não parece sequer um caso de sucessão, mas sim de verdadeiras dinastias, como incorporação de um habitus, que segundo Bourdieu podem ser disposições adquiridas (BOURDIEU 2004, p. 28).

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo. (Bourdieu 2004, p. 29)

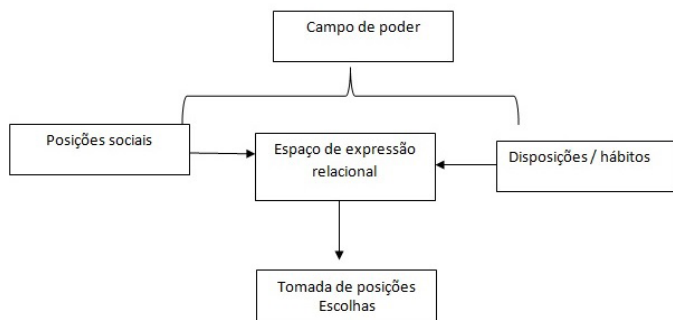
Matos (2014, p. 93) para melhor exemplificar sobre as regras do jogo, coloca uma manchete que foi publicada na Folha de São Paulo<sup>7</sup> – “Poder - Fazendeira vira antropóloga e faz laudos contra índios” (09/06/2013). Esse artigo aborda sobre uma mulher, representante da União Democrática Ruralista (UDR), que se formou em Direito, segundo ela, para entender o “desmando” do Estado em relação as “invasões” de terras por parte dos povos indígenas. Ao se formar em Direito, ela percebeu que quem dava o aval para

<sup>6</sup> Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo. Fundado na Bélgica, em 15 de março de 1990, o Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) é uma rede internacional constituída por membros e comitês locais baseados na Europa, América Latina e Ásia. Atua em coordenação com outras organizações e movimentos, lutando pela mesma perspectiva. Seu principal trabalho, a partir da problemática da dívida, consiste na realização e na elaboração de alternativas radicais para alcançar a satisfação universal das necessidades, das liberdades e dos direitos humanos fundamentais Site oficial: <http://cadtm.org/Portugues>.

desapropriação dos índios nas terras, era um antropólogo, então ela formou-se em Antropologia.

Roseli Ruiz tem diploma de antropóloga e faz perícias em terras em litígio e sua filha, Luana, dirige a ONG Recovê - "conviver", em guarani. Mas ambas estão entre os mais ferrenhos defensores dos proprietários rurais de Mato Grosso do Sul na disputa de terras com indígenas.

Esse fato, serve como ilustração para a disputa dentro do campo. Cito um outro exemplo. É o caso do índio Ivan Bribis Kaigang, que se formou em Direito, na Universidade Estadual de Maringá, e sua primeira ação ganha, foi contra uma agência do Estado. A primeira indenização (de grandes proporções) da história do Paraná das terras indígenas, em decorrência da instalação de uma Usina<sup>8</sup>. Esses dois exemplos nos evidenciam que para se conseguir direitos, os lados devem buscar o poder/instrumentalização dentro do campo.



Dessa forma, quando se avança com legitimidade no campo, criam-se leis que respaldem e permitam o avanço. Aqueles que não possuem as disposições que o campo exige, são afastados, deslocados e estarão na contramão do campo (Bourdieu 2004 p. 28 – 29). Quando se reduz as leis, segundo as quais um campo funciona, acontece o que Bourdieu chama de erro do curto-circuito.

Assim, vai nascendo cada vez mais, "jogadores" no campo e para Gramsci (2001 p. 53 vol 2) o problema da criação de uma nova

<sup>7</sup> Maisonave, Fabiano. Site disponível: Folha de S.Paulo - Poder - Fazendeira vira antropóloga e faz laudos contra índios - 09/06/2013. Marlene Bergamo - 7.jun.2013/ Folhapress.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/Informe%20seii/2007/76-2007.htm> <http://sosriodosbrasil.blogspot.com.br/2009/04/acao-civil-publica-contra-as-obras-da.html>

camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento (...) para que torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.

Essa legitimidade dentro dos campos também pode ser medida pela produção dos sujeitos/agentes que atuam no campo. No campo educacional essa legitimidade é alcançada pela produção acadêmica. Muitos intelectuais possuem poder político e não possuem o poder econômico. Em nossa sociedade capitalista, ter o capital (poder) econômico é um determinante no campo, mas notadamente nem sempre quem tem poder econômico, tem capital (poder) político ou vice-versa. No caso da educação, é raro ter qualquer um dos dois, isso implica na obtenção do poder cultural e científico reconhecido. Nesse aspecto, Gramsci nos serve para a explicação mais detalhada, em suas obras, de como os intelectuais envolvem-se e atuam como forças no campo educacional, sabendo que, conforme Bourdieu: “um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento” (Bourdieu, 2004 p. 27).

Quando Bourdieu, em sua obra intitulada: Os usos sociais da ciência (2004) faz uma análise do INRA (Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica - Francês), ele demonstra que o INRA tem poder em um determinado campo, mas não em todos. No campo da pesquisa o INRA está como subcampo de outras instituições, perdendo aí a sua autonomia, devido a falta de pesquisadores engajados (puros e aplicados) e de hierarquia na organização. Segundo (Bourdieu 2004 p. 54) sabe-se que um dos problemas a resolver, para passar da invenção à inovação, e sobre o qual numerosos analistas têm refletido, é o da comunicação entre o campo científico e o campo econômico.

Para BOURDIEU (2004, p. 54) no que se refere ao campo econômico e ao campo político:

Os desafios não são os mesmos, os fins não são os mesmos, os agentes tem filosofias de vida inteiramente diferentes, e até opostas, e, portanto geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo; de outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade (...)

Alguns intelectuais, podem se considerar além das contin-

gências da luta social e pode ter uma consciência que não revele, ser ele, manobrado por seus interesses econômicos. Devido a reflexões como essa, Lênin, analisou a questão ideológica e da formação da consciência na formulação e noção de “ideologia proletária”.

As verdades burguesas então, legitimada por alguns intelectuais, acabam desenvolvendo uma filosofia que serve para encobrir as discrepâncias do sistema capitalista, dando a ele nova roupagem, por exemplo, você chamar a exaltação da competitividade individualista de empreendedorismo. Uma palavra bonita, mas que precisa humanizar o seu significado real, repensar como poderá esse empreendedorismo, servir ao bem comum.

Conforme Saito (s/d) o capitalismo, por sua vez, se apropriou da noção não-conflitiva do conceito de Desenvolvimento Sustentável e ainda o incorporou ao mercado, por meio de diversas políticas que procuravam superar os lados contraditórios na dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico.

Um paradoxo que podemos encontrar nesse caminho é o papel desempenhado pelo Estado, pois, segundo Bourdieu (2004) o Estado pode adotar estratégias e também permitir que se crie instrumentos que sejam utilizados para libertar-se do próprio Estado.

Quando Bourdieu (2001 p. 36) pergunta em seu artigo intitulado: por um conhecimento engajado como podem contribuir para a criação de uma nova maneira de fazer política? Ele aborda antes, como se forma o antiintelectualismo, que é aquele que não conhece o próprio campo de trabalho e nem mesmo as Leis que o regulamentam. Assim os intelectuais precisam compreender a política e como se dá o jogo no campo do poder dentro do Estado, instrumentalizar-se e ampliar o espaço de luta no sentido da busca pela humanização da sociedade e das leis que a regulamentam, sem perder de vista o significado mais profundo de igualdade e justiça social.

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DE LUTAS E CONTRADIÇÕES NO INTERIOR DO ESTADO?

Feitas essas considerações sobre o papel do Estado e dos intelectuais, poderemos compreender melhor como a educação do campo representa uma luta contra hegemônica em relação ao

poder do Estado e ao sistema capitalista vigente.

A pesquisa constituiu-se portanto na educação do campo discutida dentro de uma “filosofia relacional” e teve como eixo norteador as políticas públicas da educação do campo implantadas e dirigidas a esses agentes, especificamente no Estado do Paraná. O Estado do Paraná, que deu origem ao MST, que está hoje à frente da luta pela educação do campo, em uma disputa contra-hegemônica defende a ideia de que a educação não é somente discutida no campo político e nem à luta pela terra, mas também por uma formação humanizadora, emancipatória e crítica, para além do capital.

O processo de consolidação de uma política educacional para o campo tem a participação do Estado e hoje ela tem uma proposta metodológica, objetivos e material didático. Propõe a discussão da identidade do homem e mulher do campo e se empenham na construção de um projeto popular com valores como o compromisso com a soberania; com a solidariedade com o desenvolvimento e a sustentabilidade; com a democracia ampliada; e, com a segurança alimentar.

Um dos maiores problemas enfrentados pela educação do campo é a ausência de políticas públicas que assegurem infraestrutura básica para as escolas e esse descaso com a população do campo faz com que os movimentos sociais avancem nos debates com demais agências governamentais em busca de respostas para problemas evidentes. A união entre educadores, moradores e representantes dos movimentos sociais, entram em um espaço de disputa e luta para a consolidação dos direitos, dentre eles uma educação de qualidade. Desse empreendimento de esforços surgiu a Articulação Paranaense onde os educadores demonstram que tem consciência de que para lutar em uma esfera maior, do Estado, precisa de uma representação forte e permanente. É através dessa Articulação que seria possível então, dialogar com o Estado na perspectiva de implementar, nos municípios, uma política de educação do campo, a partir de experiências metodológicas e políticas bem sucedidas realizadas por outras administrações.

Nesse sentido, para Bourdieu (2001, p. 19) a história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência.

Assim, em luta também por uma civilidade e uma educação não mercadológica, as organizações e movimentos sociais avançam no campo.

A Educação do Campo tem suas Políticas “Públicas” constituídas por ações do Estado acerca das necessidades da realidade social e educativa originárias das formas de participação e decisão dos sujeitos, movimentos e organizações sociais do campo. As Políticas “Públicas” para a Educação do Campo, quando formalizadas por um aparato jurídico-normativo, devem se instituir a partir daquelas formas acima referidas, para que atinjam as legítimas necessidades dos sujeitos, movimentos e organizações sociais do campo. (PARANÁ 2010)

Muitas reivindicações constitui-se em direitos adquiridos, mas que ainda não estão efetivados e assim dá-se continuidade ao espaço de luta e disputa das políticas públicas.

Que papel podem desempenhar no movimento social, em escala nacional e sobretudo internacional, isto é, no nível mesmo em que atualmente se joga o destino dos indivíduos e das sociedades? Como podem contribuir para uma criação de uma nova maneira de fazer política? (Pierre Bourdieu, 2001 p. 36)

Esta é a parte central dessa discussão: educação do campo, provocou do poder público a ação de reconhecer que era preciso uma legislação específica para a educação dos sujeitos do campo. Diante disso, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, aprovou, em 03 abril de 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 1). E sendo aprovada as Diretrizes Operacionais cria-se mais um instrumento de luta e legitimação, assim é instituído nacionalmente, em 2003, o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT) 51, e, em 2004, a criação no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

No Paraná, em 2006 (PR, 2006, p.05)

[...] chegam às escolas como um documento oficial que traz as marcas de sua construção: a horizontalidade, que abraçou todas as escolas e núcleos regionais de educação do estado e a polifonia, que faz ressoar nelas as vozes de todos os professores das escolas públicas paranaenses.

Do diálogo entre os autores, Bourdieu e Gramsci, tendo

como base os dados apresentados na pesquisa e também a vivência da pesquisadora, gostaria de lembrar que as disputas no campo bourdieusiano só avançam através da legitimação e da formação de novos agentes sociais comprometidos, engajados e organicamente ligados à classe trabalhadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentei uma parte da pesquisa da dissertação de mestrado, estas reflexões são aquelas que me desafiam cada vez mais em buscar compreender essa dinâmica do papel do Estado, intelectuais tendo em vista a construção de uma nova proposta de educação. Seria pretencioso o intuito de descrever o caminho das ideias de Bourdieu ou de Gramsci.

O que Bourdieu nos incita é para uma “reflexão combativa” (Bourdieu, 2004) dentro dos campos e essa reflexão não é apática frente à realidade social e nem mesmo “morna” em relação à política.

Os campos são microcosmos que se movem e avançam em lutas que vão rompendo e formando hegemonias. Essas contradições dão movimentação ao jogo, como é o caso da luta dos movimentos sociais no Brasil, constituindo-se em resistências à ideologia dominante e lembrando sempre que “enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come”. (Josué de Castro. 1984 p. 14). Dentro dessa dialética existe, segundo Bourdieu uma lógica própria e um jogo de tensões.

Um diálogo possível entre esses intelectuais é antes de tudo uma necessidade, pois, como sabemos as leituras contra-hegemônicas são feitas por aqueles que entendem as regras do “jogo” para que assim sempre se criem novas regras. A apropriação de conceitos, ideias, ações, não é mera coincidência quando se trata do Estado e de sua legitimação. As relações sociais, os processos de trabalho e alienação sempre irão nos questionar sobre o rumo das lutas travadas no interior do Estado, portanto, pensar sob vários aspectos as relações de poder e dominação dentro de um órgão que define políticas é fundamental.

A questão da superestrutura jurídico-política do Estado que engloba os dois níveis relativamente autônomos já citados por Poulantzas, as estruturas jurídicas - o direito - e as estruturas políticas - o Estado consistem “no poder institucionalizado

do Estado” e nos impelem a pensar na relação que estabelecem dentro de um poder hierarquizado.

Estamos em um momento da história onde a democracia precisa ser repensada e pensar na democracia sem a compreensão de sua essência, ou seja, o que ela garante institucionalmente é pensar em uma democracia revestida de autoritarismo, uma democracia “para alguns”, ou como escreveu Bourdieu uma democracia para aqueles que conhecem seus trâmites, suas leis e pontos de acesso.

Gramsci e Bourdieu se dedicaram ao estudo das formas de dominação e reprodução sobre o sujeito, porém Gramsci acredita no consentimento desta dominação, mas Bourdieu, desvenda o conceito de violência simbólica, defende que há o desconhecimento dessa dominação. Porém os dois colocam ao encargo do Estado a dominação e reprodução, o primeiro por meio da hegemonia, o segundo por meio do monopólio da violência simbólica.

Diante desse quadro, o que fica claro é que o marxismo, em suas diferentes interpretações e avanços contribui para compreensão das manobras do Estado e do capitalismo contemporâneo e das redefinições que o neoliberalismo trouxe para a sociedade moderna e junto com essas reflexões o papel dos intelectuais, sejam eles engajados ou orgânicos, tornam-se centrais na permanência ou mudanças da hegemonia e da consolidação de novos saberes.

Lutar por uma educação contra-hegemônica também requer uma consciência de classe, de pertencimento. Esse pertencimento se desvanece graças aos ataques da mídia, sustentada pelo capitalismo egoísta e predatório. A tarefa da educação é libertar o homem, libertar das limitações impostas pela história que prega que o homem nasceu para servir à quem tem poder.

Nas considerações finais destes breves apontamentos, deixo a pergunta de Bourdieu (2001 p. 36) como incitadora de novas reflexões. Essa pergunta também está em seu artigo intitulado: por um conhecimento engajado, como podem contribuir para a criação de uma nova maneira de fazer política? Ele aborda antes, como se forma o anti-intelectualismo, que é aquele que não conhece o próprio campo de trabalho e nem mesmo as Leis que o regulamentam. Assim sendo, como nós pesquisadores, tidos como intelectuais vamos atuar no campo e com qual consciência de pertencimento de classe?



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Clóvis de. *A Sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação*. São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. "Les trois états du capital culturel", publicado originalmente in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

\_\_\_\_\_, Pierre. *Contrafogos 2*. Zahar Editor. RJ, 2001.

\_\_\_\_\_, Pierre. *Escritos de Educação*. 2. ed. Maria Alice e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_, Pierre. *Razões Práticas*. Papyrus Editora. 11 ed. Campinas, SP, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. jornalismo. (vol 2)* Trad. Carlos Nelson Coutinho. com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. *Civilização Brasileira* (6 vols) 2 ed. RJ, 2001.

\_\_\_\_\_, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques *Civilização Brasileira* (6 vols) 2 ed. RJ: 2002.

\_\_\_\_\_, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo*

DIALOGANDO COM O CAMPO DA POLÍTICA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ

da filosofia. (vol 2) Trad. Carlos Nelson Coutinho. Com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques Civilização Brasileira (6 vols) 2 ed. RJ: 2001.

BURAWOY, Michel. O marxismo encontra Bourdieu. Tradução Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 10 ed. Antares, RJ 1984.

CECENA. Hegemonias e emancipações no século XXI / compilado por Ana Esther Ceceña - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr. 2002. p. 140.

DICIONÁRIO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Companhia Editora Nacional. 2 Ed. SP 2008.

FERRARI, Vinícius Eduardo. Poulantzas, o Estado e o conceito de hegemonia. Revista de Estudos Sociais. UFMT. Vol. 14 n. 28, 2012. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-130-97-20100808085451.pdf>>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

GRZYBOWSKI, Cândido. Contexto e educação. Práticas sociais transformadoras. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. Ano 1 Caderno 4. Out/dez Unijuí. 1986.

KONDER. Leandro. O que é dialética. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1987.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 6. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MANNING, Peter K. Metaphors of the Field: varieties of organizational discourse. In Administrative Science Quarterly, vol 24 n. 4 December 1979. Pp 660-671.

MARX, Karl. ENGELS. O manifesto do partido comunista. Martin Claret. São Paulo, 2004.

MARX. Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. Ed. Expressão Popular. 2009.

MATOS, Rozenilda Luz Oliveira de. POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: Apresentações e Discussões sobre a Experiência no Estado do Paraná. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2014.

MOTTA, Luiz Eduardo. Nico Poulantzas, 30 anos depois. Revista Sociologia Política. Vol 17 n. 33, 2009.

OLIVEIRA, Samir. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/11/ha-7-anos-cpmi-da-terra-marcava-embate-entre-ruralistas-e-movimentos-sociais>>. publicado 17/11/2012 12:20. Acesso em julho de 2013.

POULANTZAS, Nicos et al. O Estado em discussão. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Lisboa, Edições 70, 1981.

RICHARDSON, Roberto (org). Pesquisa Social. Cap 6. SP: Ed. Atlas, 3ªed. 1999.

SAITO. Carlos Hiro. AZEVEDO. O conceito Gramsciano de intelectual orgânico aplicado aos embates entre ambientalistas e ruralistas: a experiência do Mato Grosso. SHANIN. REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755. P. 21. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view-File/1456/1432> 121 . Acesso em: novembro de 2015.

<<http://www.funai.gov.br/ultimas/Informe%20seii/2007/76-2007.htm> <http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/2009/04/acao-civil-publica-contra-as-obras-da.html>. Acesso em: novembro de 2015.

< <http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Poulantzas.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.